

“QUEREM NOS DIVIDIR PARA NOS DOMINAR”: EFEITOS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE AS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS DE UM QUILOMBO NO NORDESTE DO BRASIL

“QUIEREN DIVIDIRNOS PARA DOMINARNOS”: LOS EFECTOS DE LOS CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES EN LAS RELACIONES COMUNITARIAS DE UN QUILOMBO DEL NORDESTE DE BRASIL

“THEY WANT TO DIVIDE US TO DOMINATE US”: EFFECTS OF SOCIAL-ENVIRONMENTAL CONFLICTS ON COMMUNITY RELATIONS IN A QUILOMBO IN NORTHEASTERN BRAZIL



Marina Passos Pereira CAMPOS¹
e-mail: maripassos14@gmail.com



João Luís Juventino do NASCIMENTO²
e-mail: joaodocumbe@gmail.com



James Moura FERREIRA JUNIOR³
e-mail: james.mourajr@unilab.edu.br



Francileuda Farrapo PORTELA⁴
e-mail: cileudaportela@gmail.com



Amanda Barbosa Veiga dos SANTOS⁵
e-mail: amandaveigapsic@gmail.com

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia pela UFC e pesquisadora e Bolsista de Apoio à Difusão do Conhecimento do CNPq pela pesquisa COSQUI-Saúde Mental.

² Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE – Brasil. Quilombola e Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da UFC.

³ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Redenção – CE – Brasil. Professor da Unilab, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Coordenador do Projeto COSQUI-Saúde Mental – Conflitos Socioambientais, Suicídio e Quilombos.

⁴ Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE – Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC.

⁵ Universidade da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB), Redenção – CE – Brasil. Mestra em Psicologia Social pela UFMG, especialista em Educação em Direitos Humanos pela UFVJM, psicóloga clínica e pesquisadora em saúde mental, populações quilombolas e conflitos socioambientais pela COSQUI/CNPq.

Como referenciar este artigo:

CAMPOS, Marina Passos Pereira; NASCIMENTO, João Luís Juventino do; FERREIRA JUNIOR, James Moura; PORTELA, Francileuda Farrapo; SANTOS, Amanda Barbosa Veiga dos. “Querem nos dividir para nos dominar”: efeitos dos conflitos socioambientais sobre as relações comunitárias de um quilombo no nordeste do Brasil. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 25, n. esp. 2, e025023, 2025. e-ISSN: 2359-2419. DOI: 10.47284/cdc.v25iesp2.20068



| **Submetido em:** 27/02/2025
| **Revisões requeridas em:** 01/10/2025
| **Aprovado em:** 13/10/2025
| **Publicado em:** 28/12/2025

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbaudy
Prof. Me. Paulo José de Carvalho Moura
Profa. Me. Luana Estela Di Pires
Prof. Me. Lucas Barbosa de Santana
Prof. Me. Maurício Miotti

RESUMO: Este artigo investiga os efeitos dos conflitos socioambientais sobre as relações comunitárias do Quilombo do Cumbe, no Ceará, Brasil. A pesquisa, baseada em metodologias qualitativas e participativas, como entrevistas e rodas de conversa, analisa como a presença de empreendimentos como a carcinicultura e os parques eólicos têm transformado o território quilombola, promovendo fragmentação interna e disputas narrativas. Os resultados evidenciam que tais conflitos resultam não apenas em danos ambientais, mas também em desagregação social, reforçando processos históricos de expropriação e racismo ambiental. Além disso, o estudo demonstra como a resistência quilombola se configura como uma luta pela justiça climática e pela manutenção de práticas ancestrais de manejo ambiental. Ao destacar a importância das políticas públicas para a titulação e proteção dos territórios tradicionais, o artigo contribui para o debate sobre equidade territorial e social. Conclui-se que a preservação dos quilombos é essencial para o enfrentamento das injustiças ambientais e para a promoção da autodeterminação dessas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos socioambientais. Racismo ambiental. Justiça climática. Quilombos. Resistência comunitária.

RESUMEN: Este artículo investiga los efectos de los conflictos socioambientales en las relaciones comunitarias en el Quilombo Cumbe, en Ceará, Brasil. La investigación, basada en metodologías cualitativas y participativas, como entrevistas y rondas de conversación, analiza cómo desarrollos como la cría de camarones y los parques eólicos han transformado el territorio quilombola, promoviendo la fragmentación interna y las disputas narrativas. Los resultados muestran que estos conflictos no sólo provocan daños ambientales, sino también la desintegración social, reforzando procesos históricos de expropiación y racismo ambiental. Además, el estudio muestra cómo la resistencia quilombola se configura como una lucha por la justicia climática y el mantenimiento de las prácticas ancestrales de gestión ambiental. Al destacar la importancia de las políticas públicas de titulación y protección de los territorios tradicionales, el artículo contribuye al debate sobre la equidad territorial y social. Concluye que la preservación de los quilombos es esencial para enfrentar las injusticias ambientales y promover la autodeterminación de esas comunidades.

PALABRAS CLAVE: Conflictos socioambientales. Racismo medioambiental. Justicia climática. Quilombos. Resistencia comunitaria.

ABSTRACT: This article conducts a scoping review on the mobilization and application of the concepts of climate justice and just transition in the Brazilian scientific and technical literature from 2015 to 2024. The review is relevant given the current climate crisis and advances in public policies, such as the National Climate Change Plan (Plano Clima) and the Ecological Transformation Plan. The document selection included texts in Portuguese and English focusing on Brazil. The methodology followed six stages: defining the question, search strategy, screening, eligibility criteria, analytical coding, and integrated analysis, using bibliometric techniques. The results indicate that climate justice has been widely mobilized as a comprehensive concept, including topics such as just transition, climate adaptation, historical inequalities, gender, race, and the relevance of vulnerable populations. Despite the limitations, this article contributes to mapping the use of these concepts in Brazil, highlighting how they have been mobilized and applied in the country.

KEYWORDS: Socio-environmental conflicts. Environmental racism. Climate justice. Quilombos. Community resistance.

Introdução

A intensificação da crise ecológica global, marcada por eventos climáticos extremos e pela degradação acelerada dos ecossistemas, tem revelado os limites do modelo civilizatório moderno-colonial, assentado na separação entre humano e natureza. Essa ontologia dominante, responsável pela expropriação de territórios e pela mercantilização da vida, tem efeitos profundos sobre os povos tradicionais, especialmente sobre as comunidades quilombolas que se destacam por manter modos de vida pautados na coletividade, no cuidado com a terra e na preservação da biodiversidade.

Entretanto, a realidade de muitas dessas comunidades é marcada pela presença de conflitos socioambientais — fruto da persistência dos processos históricos de colonialidade, expropriação e marginalização (Acselrad, 2004; Ferdinand, 2022). Essas comunidades, ao longo de séculos, desenvolveram formas específicas de organização social e manejo do território, pautadas na reciprocidade, no uso comum dos recursos naturais e na interdependência entre humanos e natureza (Santos, 2023). No entanto, com o avanço de grandes empreendimentos e políticas desenvolvimentistas, esses modos de vida vêm sendo sistematicamente ameaçados, intensificando disputas pelo território e promovendo divisões internas entre os moradores (Nascimento; Ferreira, 2023).

A presença desses empreendimentos tem produzido efeitos nas relações comunitárias, resultando em conflitos que escancaram não somente o racismo ambiental, mas também o impacto da hegemonia do modelo econômico capitalista, que adota práticas predatórias de produção e acumulação agrícola e, conseqüentemente, gera injustiças ambientais. No entanto, a presença de conflitos representa também um processo de transformação das injustiças ambientais em luta, no qual resistências e mobilizações vão se instaurando como resposta ao déficit democrático e às assimetrias de poder (Porto; Pacheco; Leroy, 2013).

Na contramão da lógica colonial de habitar a terra estão os modos de vida das comunidades tradicionais. Em suas cosmovisões, não há separação entre humanos e natureza. A existência dessas populações se dá a partir das relações que estabelecem com os sistemas ambientais presentes em seus territórios ancestrais de uso comunitário.

Os modos de vida e de resistência quilombolas evidenciam a existência de outras racionalidades, construídas na coletividade e na reciprocidade, sustentadas por práticas de cuidado, memória e partilha (Santos, 2021; Santos, 2000): um projeto político comunitário contra hegemônico, baseado na autonomia territorial.

Diante desse cenário, visibilizar os danos e as violações sofridas pelas comunidades tradicionais, assim como reconhecer as estratégias coletivas de resistência e de fortalecimento dos saberes diante das injustiças ambiental e territorial, é uma forma de denunciar as lógicas de expropriação da terra e de corroborar com as formas do bem viver das comunidades quilombolas.

Tendo em vista a necessidade de evidenciar essas violações, este artigo investiga os efeitos dos conflitos socioambientais sobre as relações comunitárias do Quilombo do Cumbe, situado no município de Aracati, Ceará. Partindo de uma abordagem qualitativa e de metodologias participativas, a pesquisa analisa como a presença de empreendimentos de grande escala — como a carcinicultura e os parques eólicos — tem provocado tensões e reconfigurações nas dinâmicas sociais da comunidade (Nascimento; Lima, 2017).

A análise aqui proposta insere-se no debate sobre racismo ambiental e justiça climática, enfatizando como a colonialidade do poder e do saber continua a operar na invisibilização e precarização dos territórios quilombolas (Gonzaga, 2017). Com base em relatos de lideranças locais, observação participante e entrevistas, busca-se compreender os efeitos dessas disputas sobre o bem-estar coletivo e os processos de construção identitária da comunidade. Além disso, evidencia-se o protagonismo quilombola na luta pela preservação ambiental, demonstrando que a defesa do território é também uma forma de enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam essas populações (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência [SBPC], 2021).

Matriz colonial dos conflitos socioambientais

A unidade corpo-território e humano-natureza se estabelece como ontologia primordial e cosmovisão de diferentes povos tradicionais do sul global. Dessa relação de interdependência emerge um território que supera sua dimensão geográfica e se estabelece como elemento central na identidade e nos processos comunitários e de resistência desses povos. No entanto, na era do Antropoceno — consequência insidiosa do colonialismo e da revolução industrial —, a ontologia hegemônica apresenta o homem como um ser isolado, segregado do tecido território-natureza que o circunda. Essa separação justificou as muitas formas de “dominação, apropriação e mercantilização” da natureza e lançou as bases do capitalismo (Delanty, 2018). A era do Antropoceno, na qual nos encontramos hoje, também chamada de “Capitaloceno”, é marcada por uma grande transformação da natureza geofísica da Terra devido às ações

provocadas pelo capitalismo: “os efeitos sistêmicos da atividade humana sobre a Terra certamente devem ser atribuídos ao capitalismo, e não à humanidade, no sentido abstrato do termo [...] a noção do Antropoceno é compatível com a visão de que é o capitalismo a força geradora da destruição planetária.” (Delanty, 2018, p. 385).

No cenário atual — em que estamos vivenciando a sucessão e a intensificação de desastres ambientais e eventos climáticos extremos, como secas e ondas de calor, enchentes e grandes incêndios —, podemos entender a crise climática global como uma ruptura metabólica, cujo núcleo primordial está localizado na concepção moderna e colonial em que o homem branco e europeu é colocado como referência de uma humanidade apartada da natureza. Segundo o intelectual indígena brasileiro Ailton Krenak (2019, p. 12), ao se desvincular da terra, o colonialismo, atualmente em sua forma neoliberal, “[...] suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo”. Essa é a nossa “humanidade”, que hoje experimenta os impactos da exploração e da supressão da biodiversidade.

De acordo com Malcolm Ferdinand (2022), Ecologista Martinicano e expoente dos estudos sobre a ecologia decolonial, a crise ecológica da modernidade tem origem justamente nessa separação e consequente forma totalizante de estar no mundo, que Ferdinand chama de habitar colonial. Essa forma de habitar articula a exploração, a dominação e a subalternidade dos corpos das mulheres, das pessoas racializadas, da natureza e dos seres não humanos; todos reduzidos à capacidade de produzir energia e valor por meio do trabalho. O habitar colonial se dá por meio de atos de apropriação (propriedade) da terra, da supressão de formas de vida nativas de seres não humanos (desmatamento) e de outros seres humanos (etnocídio, feminicídio). A lógica da exploração colonial intensiva não apenas privilegia uma única forma de vida — patriarcal, branca e colonial —, mas também cria múltiplas rupturas ecológicas, transformando paisagens, trazendo caos aos equilíbrios biológicos e interrompendo o metabolismo da vida (Ferdinand, 2022).

Segundo a SBPC (2021), territórios onde vivem povos tradicionais, como os quilombolas, apresentaram níveis de desmatamento menores do que as áreas do entorno em todos os biomas do território brasileiro, revelando positividade para a conservação. Em pesquisa realizada pela SBPC, visando entender as contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para com a biodiversidade, foi realizada uma comparação entre diversos biomas. Os dados revelam que, por um lado, os biomas analisados apresentaram um déficit alarmante de cobertura vegetal natural, totalizando 2,95 milhões de quilômetros

quadrados até 2018. Por outro lado, os biomas situados nos territórios tradicionais, destacaram-se pela significativa conservação da cobertura vegetal. Esses resultados demonstram o papel fundamental dos territórios tradicionais na contenção do desmatamento e, por isso, a preservação dos territórios quilombolas é central no debate sobre a crise ecológica que vivemos hoje.

Os territórios quilombolas estão entre os mais preservados — não por acaso. A realidade de muitas comunidades quilombolas está fundamentada na partilha e na coletividade, em que se estabelecem relações de interdependência com o território e os elementos da natureza — local onde se constitui a base de suas culturas, expressões religiosas e identidades coletivas. Essa partilha não é somente entre humanos, mas também entre os animais silvestres, árvores, peixes, rios e oceano, como bem explica o filósofo e intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 36): “o pinhão compartilha com a juriti, a juriti compartilha conosco, e nós vamos compartilhar de novo com o pinhão”. É um modo orgânico de habitar a terra, em que quilombolas e natureza tornam-se parceiros de compartilhamento, permitindo que ambos vivam de forma satisfatória (Santos, 2023).

Portanto, na atualidade, não podemos discutir a crise das mudanças climáticas e seus efeitos sem levar em consideração a questão étnico-racial dessas populações, uma vez que são elas os verdadeiros guardiões e guardiãs dos bens naturais, importantes para suas existências e bem viver. “As comunidades quilombolas ainda hoje sofrem com um grande processo de invisibilidade, e neste sentido se tornam alvo fácil do processo de expropriação de seu território e de seus direitos” (Gonzaga, 2017, p. 5). Apesar de sua dimensão global, a crise ecológica está imbuída de racismo ambiental que faz com que alguns grupos sejam mais afetados do que outros. Além de serem mais atingidos pelos efeitos das mudanças climáticas, muitos desses grupos tem de lidar com conflitos com grandes empreendimentos que ameaçam seus modos de vidas, modos estes, como vimos acima, fundamentais para a manutenção de diferentes ecossistemas.

Conflitos Socioambientais

No Brasil, assim como em toda América Latina, desde a colonização os conflitos fundiários e a exploração de territórios e recursos ambientais, foram centrais na produção de problemas socioambientais com efeitos, sobretudo sobre o bem viver e bem-estar das

comunidades tradicionais. Diferentes pesquisas conduzidas nas últimas décadas revelam um crescimento preocupante dos conflitos socioambientais, salientam Pinto *et al.* (2014).

No Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil⁶, cujos dados e critérios buscam identificar a presença de territórios em conflito socioambiental, hoje o Brasil soma um total de 642 conflitos em todo território Nacional. Outros dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra corroboram a gravidade da situação, registrando um aumento de 26,7% no número de conflitos relacionados à posse da terra, acompanhado de um aumento de 53,6% no número de famílias envolvidas nesses conflitos no período entre 2013 a 2018 e 2019 a 2022. Ao mesmo tempo, o número médio de conflitos relacionados ao acesso, controle e poluição dos recursos hídricos dobrou na comparação entre esses dois períodos, sugerindo que os conflitos agrários estão relacionados ao acesso e domínio dos recursos naturais (Comissão Pastoral da Terra [CPT], 2022).

De acordo com Pinto *et al.* (2014), os conflitos socioambientais envolvem grupos cujos modos e significados de apropriação do território são antagônicos: de um lado, um modo colonial de habitar a terra; e do outro, como explicado por Santos (2023), um modo orgânico, compartilhado e muitas vezes tradicional de apropriar-se do território, sendo estes últimos os mais ameaçados: “os conflitos socioambientais configuram-se como ameaças ao modo de vida das comunidades tradicionais e ao conhecimento ecológico local, adquirido pela relação entre grupos sociais com o ambiente, ao longo das gerações” (Pinto *et al.*, 2014, p. 271).

É importante ressaltar que os dados sobre os conflitos revelam uma forte intersecção entre injustiças ambientais e as discriminações étnico-raciais, uma vez que os principais afetados por esses conflitos são as pequenas comunidades tradicionais e a população negra brasileira. Existe uma escancarada disparidade na distribuição dos riscos de impactos e desastres ambientais em que a população negra, quilombola e indígena brasileira sofre mais as consequências das atividades que trazem danos ambientais. O racismo ambiental opera como fator de risco e vulnerabilização dessas populações, no caso da população rural ele se demonstra ainda mais contundente, pois, muitas vezes apresenta-se violentamente na disputa desigual entre modelos antagonistas de utilização do meio ambiente. O racismo ambiental está diretamente relacionado com os conflitos socioambientais que tem como origem a ameaça das

⁶ O Mapa de conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil é uma iniciativa da Fiocruz, trata-se de um mapa interativo que busca reunir informações sobre os conflitos socioambientais a partir das experiências das comunidades atingidas, seja a partir de relatórios e artigos desenvolvidos por entidades, ONGs e instituições parceiras, inclusive grupos acadêmicos, instituições governamentais, Ministérios Públicos ou órgãos do judiciário. Ver mais em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

formas de utilização dos recursos naturais e do território por um determinado grupo em razão da ação de outro, cujas práticas causam impactos indesejáveis em várias escalas (Acsehrad, 2004).

Entre esses vários conflitos estão aqueles enfrentados pela comunidade pesqueira e Quilombola do Cumbe, conflitos que não só ameaçam os recursos naturais e a economia local, mas também provocam um forte efeito sobre as relações dentro da comunidade (Nascimento; Lima, 2017; Nascimento; Ferreira, 2023). Segundo João Luís Joventino do Nascimento, intelectual e liderança da comunidade, também chamado de João do Cumbe, que há 20 anos vem denunciando essas ameaças, a presença de empreendimentos de grandes dimensões no território vem ocasionando um aumento da violência local, conflitos internos na comunidade, além de graves perdas econômicas devido à morte dos ecossistemas locais (Viana; Nascimento; Meireles, 2016; Nascimento; Lima, 2017a, 2017b; Nascimento; Ferreira, 2023). Diante de um quadro de grande vulnerabilidade ambiental, social e econômica, o Quilombo do Cumbe vem sofrendo de um processo de desagregação de sua comunidade que vive em seu cotidiano comunitário uma grande divisão das relações.

O presente artigo, nesse sentido, pretende refletir como a presença de megaempreendimentos produzem efeitos sobre as relações comunitárias do Quilombo do Cumbe. Os dados aqui apresentados são parte do trabalho da pesquisa de doutorado “Problemas globais, sofrimentos locais: estudo sobre o efeito dos conflitos socioambientais no bem-estar da comunidade quilombola do Cumbe, Ceará, Brasil” ainda em execução pelo programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Ceará em cotutela com Università degli Studi di Napoli Federico II. Tal pesquisa é inserida dentro da pesquisa guarda-chuva Conflitos Socioambientais, Suicídio e Quilombos (COSQUI), desenvolvida pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e utilizou metodologias participativas para garantir um aprofundamento na compreensão sobre os efeitos dos conflitos socioambientais na comunidade do Quilombo do Cumbe. A escolha por uma metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de captar a complexidade das relações sociais, identitárias e territoriais em um contexto de disputa e resistência (Comerlatto; Kleba, 2022).

Por se tratar de uma comunidade quilombola pesqueira, as metodologias participativas se desenharam como a escolha mais coerente para a condução do campo de pesquisa. Essas metodologias envolvem a implicação de todos os atores envolvidos, sendo fundamental a dimensão coletiva e colaborativa entre pesquisadores e participantes. Segundo Comerlatto e Kleba (2022), nesse tipo de investigação, a produção de conhecimento tem o compromisso ético-político de ser orientada na formulação de novas práticas para a transformação social.

Dentre as várias formas de metodologias participativas destacam-se a Pesquisa Ação Participativa (PAP) e Pesquisa Etnográfica. A PAP combina ação e pesquisa com o objetivo de enfrentar e resolver problemas concretos, enquanto gera conhecimento e envolve os participantes diretamente no processo de pesquisa, promovendo assim, uma colaboração ativa entre pesquisadores e comunidades (Fals Borba, 1999). No caso da pesquisa etnográfica, ela envolve a participação do pesquisador no ambiente comunitário por meio da observação participante, tendo como objetivo a compreensão das práticas e significados compartilhados pela comunidade. Nessa forma de pesquisa, o pesquisador busca compreender a perspectiva dos participantes e interpretar a realidade a partir do ponto de vista da comunidade (Sato; Souza, 2001; Arcidiacono; Di Martino, 2016). Desse modo, levando em conta o caráter participativo e a atenção às dimensões culturais e comunitárias, a metodologia adotada foi a pesquisa-ação participativa com características etnográficas.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante, produção de caderno de campo, entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias, marisqueiras e pescadores, além de rodas de conversa com diferentes segmentos da população. A observação participante foi fundamental para compreender as dinâmicas cotidianas e a construção de redes de solidariedade e conflito dentro da comunidade (Arcidiacono; Di Martino, 2016). Para a realização da pesquisa foi feita uma cuidadosa aproximação com a comunidade, que se deu graças ao constante diálogo com as lideranças comunitárias do Quilombo do Cumbe. Em fevereiro de 2024, foi apresentada à comunidade a proposta de pesquisa, seus objetivos, desafios e riscos. Contando com a aprovação da comunidade, a pesquisadora foi gradualmente construindo vínculos e estabelecendo relações de confiança com a comunidade. Foram 12 meses de imersão no território, participação em reuniões, assembleias comunitárias, momentos coletivos, eventos políticos, festas e do cotidiano da comunidade.

No que diz respeito aos aspectos éticos operacionais, a pesquisa foi guiada pelas resoluções nº 196, de 10 de outubro de 1996 e nº 466, de 12 de dezembro de 2012. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa e, após aprovação, foi iniciado o contato com as

peessoas participantes e foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse documento orienta sobre os possíveis riscos presentes ao participar da pesquisa, como também evidencia que, além de a participação ser voluntária, a qualquer momento o participante poderá se retirar da pesquisa sem prejuízo ou dano algum, observando as recomendações da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Após os dados qualitativos coletados por meio de entrevistas e rodas de conversa, a fase de análise foi iniciada. Para isso, foi utilizada a metodologia qualitativa de análise de conteúdo (Bardin, 2011), que busca a interpretação inferencial a partir de indicadores tanto qualitativos quanto quantitativos (Bardin, 2010).

A análise de conteúdo pode ser aplicada por meio de seis técnicas, contudo, utilizou-se a análise categorial. Inicialmente, foram definidas categorias dedutivas, estando abertas às categorias indutivas desenvolvidas pelo processo de análise da transcrição utilizando o aplicativo *Transkriptor*. Na fase de codificação, utilizou-se como critério de segmentação a abordagem temática, associada às categorias analíticas e na fase de agregação, as categorias foram agrupadas entre si ou em macrocategorias (Bardin, 2010). Para isso, foi utilizado o software de análise *Atlas.ti*, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (Bardin, 2011).

A análise foi realizada em três fases, sendo a primeira pré-análise, que a partir da coleta de dados foi realizado um levantamento e organização preliminar das informações através de uma leitura exploratória do conteúdo. A segunda, exploração do material, onde foram identificadas as categorias emergentes, nas quais os dados brutos foram convertidos, organizados e agrupados de acordo com os discursos dos participantes. E, por fim, o tratamento dos dados, que foram relacionados à base teórica, permitindo sua codificação, categorização e interpretação, destacando seus significados e conexões.

Contexto de realização: a comunidade Quilombola do Cumbe

A comunidade Quilombola do Cumbe é localizada no município de Aracati, nas zonas limítrofes entre o município de Fortim e a margem direita do rio Jaguaribe, um dos mais importantes rios do estado do Ceará. Em seu território encontra-se a foz do rio com o Oceano

Atlântico, além de ser circundada por manguezais, campos de dunas móveis, lagoas e uma longa faixa de área:

A comunidade Quilombola do Cumbe tem um modo de vida tradicional ligado ao meio ambiente, tendo todo o seu território dentro da única área de proteção ambiental municipal – APA de Canoa Quebrada [...] Seu patrimônio ambiental é bastante diverso – Rio Jaguaribe com suas ilhas, imenso campo de dunas fixas e móveis, diversas gamboas, carnaubais, lagoas interdunares, contendo assim rica e diversificada flora e fauna nativa, o que se encontra ameaçada pela invasão dos empreendimentos econômicos (Nascimento; Lima, 2017, [n. p.]).

É uma comunidade tradicionalmente pesqueira que estabelece sua cultura e economia com base no ecossistema manguezal, que por sua vez oferece à comunidade meios de subsistência e torna-se elemento na produção de uma identidade compartilhada. A existência do povo Quilombola do Cumbe está intimamente ligada ao seu território que se torna central na reprodução social e econômica da comunidade, uma vez que essa comunidade se torna a principal guardiã de toda forma de vida do ecossistema manguezal. Essa não é uma simples tarefa que é cumprida: faz parte da cosmovisão quilombola que secularmente habita as terras e a natureza daquela região. Nas últimas décadas, entretanto, a presença maciça e crescente de empreendimentos no território vem ameaçando a comunidade.

Segundo João do Cumbe (2024), os primeiros registros sobre a comunidade datam do fim do século XVII. Aracati, onde se localiza o Cumbe, era uma cidade portuária e, portanto, uma das mais ricas da região. Sua principal economia da época era o cultivo de cana de açúcar e a produção de carne de charque, comercializados em todo o Brasil. No final do século XVIII, o território contava com nove engenhos de cachaça que utilizavam mão de obra escravizada para a sua produção. É importante ressaltar que as famílias proprietárias desses engenhos ainda exercem influência na região, uma vez que muitas delas permanecem com a posse daquelas terras, que em alguns casos foram vendidas às empresas e aos terceiros (Entrevista concedida a Marina Passos Pereira Campos, 2024).

De acordo com o historiador Flávio dos Santos Gomes (2015), na Venezuela, a palavra Cumbe era utilizada para denominar comunidades de africanos escravizados que fugiam do sistema escravista, assim como na Colômbia onde eram chamadas de Palenques e no Brasil e Quilombos. Apesar da presença histórica e cultural de elementos da cultura africana, parte da comunidade do Cumbe não se reconhece como quilombola, negando, assim, sua identidade e ancestralidade (Nascimento; Lima, 2017).

Atualmente, a comunidade é composta por um total de 170 famílias, das quais aproximadamente 110 se autoidentificam como quilombolas. Em dezembro de 2014, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pelos processos de identificação e certificação dos quilombos. Uma vez oficialmente certificada como quilombola, a comunidade iniciou um processo de reconhecimento de sua área territorial junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que o território fosse titulado e evitasse o avanço de conflitos (Nascimento; Ferreira, 2023). Apesar dos esforços, a titulação ainda não foi concedida à comunidade.

Mirando a luta pela garantia de direitos criou-se a Associação Quilombola do Cumbe, que atua como uma organização comunitária, fomentando o reconhecimento da identidade quilombola nos campos político, cultural e social. Ao participar de espaços de debate político, a Associação conseguiu ampliar a voz dos Quilombolas do Cumbe, que agora estão mais visíveis. Ao mesmo tempo, a Associação também trabalha para fortalecer e promover a cultura local por meio do turismo comunitário, das festas populares e da valorização do artesanato local, conhecido como Labirinto. Além disso, pesquisadores de diferentes instituições vêm colaborando com a comunidade, produzindo de forma compartilhada pesquisas que denunciam os danos causados pelos grandes empreendimentos à comunidade e à biodiversidade local (Nascimento; Ferreira, 2023).

As atividades de mariscagem, ou coleta de frutos do mar, realizadas principalmente pelas mulheres do Cumbe. Tais atividades são baseadas em saberes e prática ancestrais sobre os ecossistemas que também habitam aquele território: rios, manguezais, gamboas, ilhas fluviais, campo de dunas fixas e móveis e lagoas interdunares (Nascimento; Lima, 2017). Esse uso comum de bens naturais para a subsistência da comunidade do Cumbe se dá através de um vínculo orgânico onde atividades como mariscagem ou a cata do caranguejo tornam-se importantes na manutenção do bioma manguezal salvaguarda do território. Além da dimensão orgânica dessa troca, os pescadores e marisqueiras tornam-se guardiões da biodiversidade do território, pois através do conhecimento tradicional dos comunitários e trabalhadores das águas, são identificadas possíveis contaminações ou denunciadas invasões no território.

A comunidade desenvolve outras atividades tradicionais de cultivo agrícola e criação de animais de pequeno porte, localizadas principalmente nos fundos das casas, os chamados quintais produtivos. O artesanato é outra fonte de renda e forma de trabalho para as mulheres da comunidade; em particular, a tecelagem de labirinto é um método de costura tradicional que está desaparecendo com o tempo. Além das atividades tradicionais desenvolvidas no território,

existem também as atividades industriais, onde a maioria das famílias que não se identificam como quilombolas trabalham e são justamente elas que vem causando conflito socioambiental com a comunidade quilombola.

Resultados e Discussão

Conflitos Socioambientais: Querem nos dividir para nos dominar

De acordo com Nascimento, Oliveira e Jesus (2023), desde a década de 1970, a comunidade do Cumbe vem passando por um processo crescente de desterritorialização devido a presença de grandes empreendimentos. Desde o final do século passado ela tem enfrentado a presença de três grandes atividades industriais que transformaram a paisagem local.

Em 1977, com a chegada da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), empresa pública que fornece água para o município de Aracati, lagoas e dunas foram privatizadas para a extração de água sem levar em conta a presença da comunidade quilombola que já habitava esse território. O primeiro impacto observado foi o cercamento de algumas áreas comuns e plantações que antes pertenciam à comunidade.

Com a extração contínua de água, somada às mudanças climáticas que alteraram os ciclos de chuva na região, a fauna e a flora locais foram severamente afetadas, como explica Cleomar, presidente da associação comunitária:

E depois que chegou a Cagece, ela muda essa fauna, flora, porque toda a vegetação, tanto de planta, como de outros animais. Eles que gostam específico daquele clima, daquele lugar, foram, ou morreram, ou não sei, a destruição que isso causou. Estão se mudando fauna e flora, então hoje é um lugar seco, hoje não tem mais esse lugar de água, não jorra mais água das dunas! (Entrevista concedida Marina Passos Pereira Campos, 2024).

Devido à retirada excessiva de água, houve um rebaixamento dos aquíferos e a perda de lagoas interdunais que antes compunham a paisagem da área e forneciam água para a comunidade e os ecossistemas locais, como explica Cleomar. Isso causou um conflito com as autoridades públicas, pois a CAGECE, ao longo dos anos, utilizou de um recurso hídrico que antes era de uso comum sem alguma forma de compensação para a comunidade. A comunidade, por sua vez, reconhece a função social do abastecimento de água para outras comunidades e lugares, mas não acha coerente que o Cumbe pague por um abastecimento de água que já vem de dentro de seu próprio território, como explica a liderança Cleomar:

É um papel social da Cagece. Quando eu vejo levar água para outras pessoas... nesse sentido, sim. Mas a forma que nós, que é do território, que cuidamos do território, que defendemos isso para que isso não se destrua... Era pra gente ter água... e pra gente ter água a gente tem que brigar. Então, assim, há uma contradição. (Entrevista concedida a Marina Passos Pereira Campos, 2024)

Já na década de 1990, a comunidade testemunhou a crescente expansão da atividade econômica de criação de camarões: a carcinicultura. Essa atividade teve origem na Ásia, mas encontrou no Brasil o melhor habitat para a criação de camarões, próximo às áreas naturais do ecossistema manguezal, rico em água doce e salgada. As fazendas de camarão trouxeram poluição pesada de resíduos tóxicos para o Rio Jaguaribe:

E com essa produção da carcinicultura você vai também ter muitos metais pesados dentro da água das camboas até chegar no rio. Então, muita matéria orgânica proveniente da ração que é utilizada no camarão e alguns antibióticos que eles colocam na água, entendeu? (Entrevista concedida Marina Passos Pereira Campos, 2024).

A instalação de lagoas para a criação de camarões também gerou o desmatamento de uma grande Área de Preservação Permanente de manguezais e a privatização de espaços que antes eram de uso comum da comunidade. Estudos têm indicado uma intensificação dos conflitos socioambientais nas comunidades das águas, atividades industriais e do agronegócio, como a carcinicultura, vem causando cada vez mais efeitos negativos sobre territórios pesqueiros, como o Cumbe. Além da contaminação das águas, existe um impacto econômico no comércio e renda dos pescadores artesanais (Pena, 2021; Azevedo, 2021). De fato, no quilombo do Cumbe, o efeito sobre a biodiversidade foi significativo, a remoção da vegetação, a contaminação por resíduos tóxicos e o uso intensivo da água tiveram um grande impacto sobre a fauna de crustáceos da área, um dos produtos bases da economia local. Nesse contexto, as mulheres são particularmente afetadas, além dos impactos na saúde e na renda; existem diversas dificuldades no reconhecimento e acesso aos direitos previdenciário do trabalho realizado tradicionalmente por mulheres, como a mariscagem (Azevedo, 2021). Ao mesmo tempo, essas mulheres estão na linha de frente dos processos de resistência e luta pelo próprio território.

Com o avanço do cultivo de camarão na comunidade e dos danos ambientais, os conflitos internos se intensificaram, muitas vezes, de acordo com as lideranças locais, manipulados por empresas e políticos locais: “aí dentro dessa questão toda, tem o conflito interno entre os comunitários, que é uma estratégia muito utilizada pelos empresários e políticos locais que atuam nos territórios” (Entrevista concedida a Marina Passos Pereira Campos, 2024).

Gradativamente, com a expansão da carcinicultura, alguns moradores locais — incentivados pelas promessas da indústria do camarão —, começaram a construir tanques de carcinicultura dentro da vila, onde localiza-se boa parte das casas da comunidade, o que criou um processo de conflito e desarticulação do uso social e coletivo do território.

Tal cenário de desagregação comunitária piorou quando, na primeira década deste século, a comunidade foi surpreendida pela privatização da praia local, essencial para a pesca artesanal. Com a crise energética decorrente de uma grande seca, o governo brasileiro, nos anos 2000 começou a construir seus primeiros parques eólicos (Entrevista concedida a Marina Passos Pereira Campos, 2024). A privatização foi o resultado de um acordo entre uma empresa privada e o Ministério Público Federal do Estado do Ceará para a construção do primeiro parque eólico do Brasil: o Parque Bons Ventos, com 67 turbinas implantadas sem nenhum estudo de impacto ambiental sob o pretexto de que a energia eólica seria, por si só, uma energia limpa (Nascimento; Oliveira; Jesus, 2023).

Para a instalação do parque eólico, a comunidade, que antes era composta por pouco mais de 200 pessoas, deparou-se com centenas de trabalhadores e com a construção de uma grande infraestrutura de acesso ao campo de dunas, onde antes só circulava a comunidade. O impacto social dessa nova presença foi muito grande, como conta Cleomar:

foi viver um caos, muitos homens entrando, porque eram os primeiros para trabalhar nessa terra. Esses homens vieram se hospedar no território [...] muito assédio na comunidade, os filhos dos ventos, de homens que ficaram com a mulher e engravidaram e foram embora, o caos que ficou, muitos bares foram abertos, tinha briga de facção a noite, tinha muita orgia, tudo isso tinha, muito. Pra você ver aquela vida calma, cedo, oito horas já tava todo mundo nas suas casas. Então, minha irmã, a hora que eu vi acabou o sossego, nossas casas racharam, a igreja quase caiu, a escola quase caiu, por conta do trânsito [...] era muito carro pesado. (Entrevista concedida a Marina Passos Pereira Campos, 2024)

Além de causar danos sociais, a instalação das turbinas eólicas foi realizada sobre os lençóis freáticos e a cimentação das bases na água levantou dúvidas sobre a qualidade futura dos recursos hídricos locais. Além dos possíveis impactos ambientais, a instalação do parque eólico foi construída sobre sítios arqueológicos que continham artefatos históricos, o que ajudaria a comunidade a recompor aspectos de sua história (Nascimento; Lima, 2017).

A presença do parque eólico levou a novas formas de controle sobre o território, com a privatização de diferentes áreas que antes eram de uso comum da comunidade. Por um período de cinco anos, os habitantes de Cumbe tiveram o acesso à praia bloqueado e foram obrigados a

pedir “permissão” para atravessar as dunas onde os parques eólicos haviam sido instalados. Essa “permissão” intensificou o cenário de conflito, pois o acesso ao parque de dunas e à praia começou a ser monitorado por trabalhadores que também habitavam a comunidade; uma situação de vigilância interna que causa profundo desconforto na comunidade. Segundo João do Cumbe (2024), a estratégia de atribuir a membros da própria comunidade a tarefa de vigilância criou, de fato, um ambiente de tensão e desconfiança, intensificando o processo de criminalização da comunidade quilombola e as ameaças de morte contra seus líderes.

A instalação da CAGECE, das fazendas de camarão e do parque eólico no território do Cumbe são exemplos da dinâmica de desapropriação de terras que favorece as grandes empresas, sob o pretexto de impulsionar a economia e o desenvolvimento locais. Esse pretexto encontrou amplo apoio e adesão, o que criou divisão não só dentro da comunidade como dentro das famílias, em que primos e netos assumiram posições opostas em relação à presença dessas atividades. Ronaldo, pescador e liderança local explica:

O conflito maior é com os próprios moradores, os locais, né? E tipo assim, é família com família [...] de gente já brigar, mesmo sem vias de fato, de pais ficarem mal de filho, irmãos ficarem mal de irmão, e isso aí é uma doença, assim, a gente adoce psicologicamente, né? (Entrevista concedida a Marina Passos Pereira Campos, 2024)

De fato, por um lado, há aqueles que veem as atividades industriais como uma oportunidade de desenvolvimento e, por outro, aqueles que são contra essas atividades, pois elas levam à perda de território, à degradação ambiental e ao comprometimento das práticas tradicionais. Essa fratura teve várias reverberações — como o rompimento de laços familiares ou de vizinhança — e a criação de duas associações com posicionamentos antagônicos: a Associação Moradores do Cumbe e a Associação Quilombola do Cumbe. A primeira conta com o apoio econômico de empresas não se identifica como quilombola, enquanto a outra busca o apoio do Estado e se identifica como quilombola (João do Cumbe, entrevista concedida a Marina Passos Pereira Campos, 2024). A divisão da comunidade criou uma crise nos processos de reconhecimento dos comunitários como quilombolas: uma parte dos locais nega sua identidade, o que, por sua vez, dificulta a realização dos processos de demarcação e titulação das terras ocupadas pela comunidade (Nascimento; Lima, 2017).

Quando uma comunidade quilombola tem seus laços e sua identidade enfraquecidos ela também tem enfraquecida a potência do seu fazer coletivo e, conseqüentemente, a sua capacidade de agenciar a própria realidade. O que se observa, então, é que os empreendimentos

utilizam de diferentes dispositivos coloniais de dominação e controle para desarticular o coletivo e avançar o seu fazer predatório. A fragmentação das relações, a negação da identidade quilombola e a desterritorialização da comunidade não são consequências de processos paralelos, mas o resultado de uma lógica colonial de estar no mundo que opera de forma difusa e articulada.

Considerações Finais

Este artigo buscou analisar os efeitos dos conflitos socioambientais sobre as relações comunitárias do Quilombo do Cumbe, evidenciando como a presença de empreendimentos de grande escala, como a carcinicultura e os parques eólicos, tem provocado tensões e reconfigurações nas dinâmicas sociais da comunidade. A partir de uma abordagem qualitativa e metodologias participativas, foi possível compreender como esses empreendimentos não apenas afetam o meio ambiente, mas também desestruturam laços comunitários, promovendo fragmentações internas e disputas narrativas que comprometem a coesão social da comunidade.

Os resultados indicam que a colonialidade do poder e do saber continua operando na invisibilização das territorialidades quilombolas, reforçando o racismo ambiental e a precarização desses grupos historicamente marginalizados. O estudo demonstrou que a luta quilombola pela preservação de seu território vai além da resistência física: trata-se de uma reivindicação política, cultural e epistêmica que se insere no contexto mais amplo da justiça climática. A luta pelo direito à terra e pela manutenção de práticas tradicionais de manejo ambiental emerge, assim, como um contraponto ao avanço de modelos predatórios de desenvolvimento que priorizam interesses econômicos em detrimento dos direitos das populações tradicionais.

Ao refletir sobre o caso do Quilombo do Cumbe, o artigo contribui para a compreensão mais ampla das desigualdades ambientais no Brasil pela lente da justiça climática e do racismo ambiental. Esse enfoque alinha-se à proposta do dossiê da revista, que busca expor e publicizar as injustiças climáticas vivenciadas por grupos marginalizados, fomentando um repositório de estudos críticos e colaborativos sobre o tema. A realidade aqui retratada ressalta a importância de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam as formas tradicionais de gestão ambiental, garantindo o direito à terra e o respeito às territorialidades quilombolas como elementos fundamentais para a justiça ambiental e social no Brasil.

Dessa forma, destaca-se que a implementação de medidas eficazes de titulação de terras e de fortalecimento das práticas sustentáveis dessas comunidades deve ser priorizada como forma de enfrentar os efeitos dos conflitos socioambientais e promover maior equidade territorial e social. Por fim, destacamos também a importância de que novos estudos ampliem essa discussão, aprofundando a compreensão dos impactos psicossociais desses conflitos e investigando estratégias de resistência adotadas por comunidades quilombolas em diferentes contextos do Brasil. A luta pela preservação do Quilombo do Cumbe é um exemplo de enfrentamento às injustiças socioambientais e reforça a urgência de ações que garantam a autodeterminação dos povos tradicionais frente às ameaças contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Meio Ambiente e Justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva. *In*: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-40.
- ARCIDIACONO, Caterina; DI MARTINO, Salvatore. **Psicologia di comunità per le città: rigenerazione urbana a Porta Capuana**. Napoli: Editoriale Scientifica, 2016.
- AZEVEDO, Nilo Thadeu de. Conflitos socioambientais, gênero e pesca artesanal. *In*: BARROS, Sávio; MEDEIROS, Alzira; GOMES, Erina Batista. (org.). **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021**. 2. ed. Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021. p. 178-183.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- COMERLATTO, Dunia; KLEBA, Madel Luzia. Pesquisa-ação participativa: estratégia dialógica e compromisso ético-político na produção de saberes e práticas. *In*: KLEBA, Madel Luzia; COMERLATTO, Dunia; VENDRUSCOLO, Carine. (org.). **Metodologias participativas de produção do conhecimento: reflexões e ações possíveis pela pesquisa-ação**. Curitiba: CRV, 2022.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2023.
- DELANTY, Gerard. Os desafios da globalização e a imaginação cosmopolita: as implicações do Antropoceno. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 373-388, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/19819>.
- FALS BORDA, Orlando. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa). **Análisis Político**, Bogotá, n. 38, 1999.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu, 2022.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GONZAGA, Alidiane V. **Conflitos em territórios quilombolas: algumas dicas para o enfrentamento do racismo ambiental**. 2017. 30 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, João Luiz Joventino; FERREIRA, Mateus de Castro. Terra, território, territorialidades e bem-viver no quilombo do Cumbe – Aracati (CE) e na terra indígena Tremembé da Barra do Rio Mundaú – Itapipoca (CE). *In: NÓS na universidade: negros, indígenas e quilombolas entre negociações, afirmações e disputas.* [S. l.]: Porto de Ideias, 2023.

NASCIMENTO, João Luiz Joventino; LIMA, Ivan Costa. Na pesca e na luta: mulheres quilombolas pescadoras do mangue do Cumbe contra as injustiças ambientais. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 11., 2017, **Anais [...]**, Florianópolis: UFSC, 2017a.

NASCIMENTO, João Luiz Joventino; LIMA, Ivan Costa. Nas trilhas da memória e da história: Cumbe um museu a céu aberto. *In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL*, 11., 2017, **Anais [...]**, Fortaleza: UFC, 2017b.

NASCIMENTO, João Luiz Joventino; OLIVEIRA, Ana Amelia Neri; JESUS, Leandro Bulhões Santos de. Quilombo do Cumbe: autodeterminação, bem viver e biointeração. *In: Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação*, Paulo Afonso, v. 11, n. 17, 2023.

PENA, Paulo Gilvane Lopes. Conflitos socioambientais e a saúde dos pescadores em tempo de pandemia. *In: BARROS, Sávio; MEDEIROS, Alzira; GOMES, Erina Batista. (org.). Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021.* 2. ed. Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

PINTO, Marcia Freire; NASCIMENTO, João Luís Joventino do; BRINGEL, Paulo Cunha Ferreira; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território? **Gaia Scientia**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 271-288, 2014.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significações.** Brasília, DF: INCTI/UnB, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 29-47, 2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças.** São Paulo: SBPC, 2021.

VIANA, Ligia Alves; NASCIMENTO, João Luiz Joventino; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. Complexos ecológicos e injustiças ambientais: mapeamento participativo e

visibilização dos conflitos provocados pela implantação de parques eólicos no Ceará. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 64-83, 2016.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Agradecemos aos povos quilombolas, em especial a comunidade quilombola do Cumbe pela partilha dos saberes. Estendemos também nosso agradecimento à Pesquisa Conflitos Socioambientais, Suicídio e Quilombos Conflitos Socioambientais, Suicídio e Quilombos: estratégias de promoção de saúde mental a partir das intersecções entre gênero, classe e ciclo de vida da população quilombola brasileira pelo apoio e pelo espaço coletivo de reflexão.
 - ☐ **Financiamento:** Não há fomento de nenhuma instituição.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há nenhum conflito de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** O trabalho está vinculado à pesquisa Conflitos Socioambientais, Suicídio e Quilombos: estratégias de promoção de saúde mental a partir das intersecções entre gênero, classe e ciclo de vida da população quilombola brasileira, devidamente submetida e aprovada pelo Comitê de ética, sob o parecer nº 7.576.605.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados deste artigo estão disponíveis mediante solicitação aos autores.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Marina Passos Pereira Campos - Concepção e construção do estudo, trabalho de campo, delineamento metodológico e discussão teórica; João Luís Juventino do Nascimento - Trabalho de campo, organização e sistematização do material de análise; James Moura Ferreira Junior – Análise e interpretação dos dados coletados; Francileuda Farrapo Portela - Discussão teórica, revisão final do texto e adequação às normas da revista; Amanda Barbosa Veiga dos Santos - Trabalho de campo, coleta de dados e revisão final do texto.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

